

Isto não é uma crítica e nem aquilo apenas não é um cachimbo

Demitrius Gonçalves Machado

Resumo

O uso do termo crítica e suas variantes, para se referir a uma variedade de situações reconhecidas no cotidiano, tem uma circulação cada vez maior e com um peso significativo nas mídias sociais. Entretanto há uma tendência em reduzir a crítica a uma ação negativa, uma ação de falar mal de algo. Partindo dessa problemática o objetivo deste texto é propor um exercício de pensamento de modo a traçar algumas características e limites do que vem circulando como uma ação de criticar. Um ensaio de diferenciação no qual elenquei alguns excertos exemplares, que serviram de nexo de condensação de enunciações que escolhi para pensar essa questão e a partir dos quais elaborei quatro categorias de diferenciação que tenho visto serem aglutinadas ao termo crítica: opinião, ataque, crítica de contestação e crítica de análise. Ressalto que considero pensar sobre essas questões um processo educativo, um processo de subjetivação que produz efeitos de estar no mundo. Com isso, penso contribuir para uma pragmática da diferenciação de modo simples e voltada ao que se convive diariamente. A crítica precisa de fundamento, parâmetros e interrogações e as possibilidades para esses elementos são muitas, mas não são qualquer coisa, caso contrário, isto não é uma crítica.

Palavras-chave: Crítica; Diferenciação; Argumentação.

This is not criticism but hardly is just that not a pipe

Abstract

The use of the term criticism and its variants to refer to various situations recognised in everyday life has been put into wide circulation and acquired significant weight in social media. However, there has been a tendency to reduce criticism to an adverse, a simple badmouthing practice. Regarding the issue just described, the objective of this text is to propose an exercise in thinking to outline some characteristics and limits of what has been circulating as the action of criticising. An essay on differentiation in which I listed some exemplary excerpts that served as a condensing nexus of enunciations. These excerpts were chosen to think about this issue, and from which I elaborated four categories of differentiation that I have seen being agglutinated to the term criticism: opinion, attack, criticism of contestation and criticism of analysis. I emphasise that I consider thinking about these issues an educational process, a process of subjectivation that produces effects of being in the world. With this, I intend to contribute to a pragmatics of differentiation only and focus on what is lived daily. A critique needs foundation, parameters, and interrogations; the possibilities for these elements are numerous, but they cannot anything; otherwise, it is not a critique.

Keywords: Criticism; Differentiation; Argumentation.

Introdução

Para a construção deste texto parto de um problema bastante simples: o constante esvaziamento da noção de crítica ao ponto de ser reduzida a falar mal de algo. Pondo dessa forma não soa nada simples, mas a simplicidade a que me refiro é outra, está no âmbito da cotidianidade do problema. Não me direciono ao uso conceitual e acadêmico, mas da contingência das produções discursivas em torno da crítica nos mais variados espaços. A simplicidade está, assim, no ponto de partida em direção ao estranhamento e complexificação do naturalizado.

Neste momento sinto a trepidação da rota por vir e tentarei me antecipar: não se trata de um catálogo de resoluções que sirva a fiscalizar erros das falas rotineiras em ações policiais. Minha proposta é muito mais singela, ensaiar uma prática de desanuviar ideias a partir de reflexões e encadeamentos de enunciações que usarei como exemplares. A proposta é, dessa forma, dividir o que se tem chamado de crítica em quatro categorias: opinião, ataque, crítica de contestação e crítica de análise. Compreendo essa como uma prática de oficina da linguagem, buscando – tal como se afia ferramentas ou se afina instrumentos – diferenciar conceitos. Sigo na esteira de pesquisas como a de Alfredo Veiga-Neto, que muito se dedica a essa questão, como é o caso do texto *Governo ou governamento?* (2005), que trata de diferenciar e retomar o uso desses conceitos tão úteis aos estudos foucaultianos. Uma citação deste trabalho me marca metodologicamente e a farei também de modo interesseiro:

Para ser mais específico, trago o problema do vocabulário técnico. Se, num determinado enunciado, um termo técnico pode ser necessário – na medida em que serve de elo com outros enunciados de uma mesma série discursiva –, ele pode, por outro lado, ser um complicador, um estorvo, um a mais que só dificultará a fluência e até a compreensão dos enunciados. É na demarcação do limite entre o necessário e o supérfluo de uma palavra técnica que está a dificuldade a que me refiro. (Veiga-Neto, 2005, p.80)

Interesseiro porque é expondo esse modo metodológico de tratar que, ao mesmo tempo, caminho por outros espaços. Meu problema não é o vocabulário técnico e sim o do senso comum, o do uso popular, de grande circulação e sem deixar de perceber as implicações que a delimitação da linguagem do uso não técnico se dá em uma corda bamba entre as tentativas de significados únicos e o terreno do tudo-vale. Buscarei retomar essa questão constantemente, pois, penso, está na diferenciação a potência do ato de pensar sobre a linguagem que me proponho aqui.

O problema da crítica não é novo e as definições são intensamente diversas, entretanto minha proposta não é revisitar e redefinir o conceito, e sim refletir sobre alguns elementos que nos ajudem a separar o que tem sido aglutinado ao termo "crítica" de forma reducionista. Ao focar no conceito de crítica em específico escolhi partir de duas vertentes que tem traços de

grande circulação discursiva e que entendo nos ajudar a pensar nessa questão: uma, sendo ligeiramente redundante, que parte do que é conhecido como teoria crítica, marcada no Brasil por teorizações emancipatórias com autores como Paulo Freire e Marx e a outra pela vertente pós-estruturalista, bem mais recente no Brasil, e lidarei principalmente com os estudos foucaultianos, que é parte da perspectiva que eu mais venho trabalhando.

Dessa forma, buscarei articular a explicitação de características que marquem as categorias por dentro dos jogos de linguagem que são estabelecidos. Tomarei como enunciações exemplares excertos que escolhi de acordo com o que venho observado, desfazendo a importância de quem as enunciou, por compreender como um nexos entre diversas maneiras de abordar determinada significação do que vem sendo dito como crítica. Situações que, como autor, escolhi por enxergar a possibilidade de o leitor identificar semelhanças em momentos já vividos. Finalizo a introdução as pondo em sequência, retomando-as no decorrer do texto: "A gente devia parar de culpar a pessoa que fica mal com a crítica e ensinar o crítico que ele é só mal educado mesmo." "Esteja tão focado construindo o seu próprio negócio que não terá tempo para ouvir críticas das pessoas negativas." "Quem critica só tenta diminuir os outros." "Quem critica demais os outros está mal consigo mesmo." "Só aceite crítica construtiva de quem construiu alguma coisa." Assim, ouvindo, lendo e guardando ideias que se juntem em frases como essas surgiu um incômodo e uma motivação para a escrita deste texto que tem como objetivo ensaiar maneiras de distinguir e delimitar diferenciações sobre o que tenho percebido circular como crítica.

Opinião

Uma questão central ao propor uma categorização como a que proponho me parece ser a de não soar como uma hierarquização de saberes e conhecimentos e sim, como aponte anteriormente, uma diferenciação de suas regras e características. No caso da opinião esse me parece o ponto mais sensível. Os gritos atuais tendem a uma polarização que rugem de um lado pela liberdade de expressão que reduz tudo à opinião e ponto de vista e de outro por um silenciamento da opinião frente aos conhecimentos de autoridade. Não me posiciono em nenhum desses dois lugares. Primeiro então uma defesa: a opinião é e precisa ser um preceito básico de uma sociedade democrática. A opinião funcionou como uma das fortes bases da produção filosófica na Grécia Antiga no momento em que há a emergência da democracia e a necessidade do preparo de cidadãos que saibam argumentar e se posicionar frente a pólis (Menezes e Silva, 2016).

De que forma podemos entender algumas características do que é a opinião? Resumirei da seguinte maneira: pensamento, sensação, ideia, sem fundamento e passível de ser compartilhada e que expresse algum tipo de juízo sobre algo. A ausência de uma fundamentação não é aqui um demérito próprio à prática de produzir uma opinião e sim uma necessidade de diferenciação.

Ao pensarmos que gostamos mais ou menos de açúcar ou sal em determinada comida. Mais ou menos de determinada música. Considerarmos algo melhor ou pior. Nos agradar mais o impressionismo do que arte abstrata. Mais futebol que basquete. Entre tantas outras proposições cotidianas, podemos compreender que são opiniões coerentes ao modo de vida que estamos e parte de um modo de subjetivação na qual fomos produzidos. Importante ainda ressaltar que nem as opiniões nem o conceito de opinião são universais, é na sua historicidade que três âmbitos podem ser vistos: a relevância da opinião em épocas que a argumentação e exposição do pensamento é intensificado, a opinião coletiva e as opiniões singulares. Isto é, quanto mais intenso é o imperativo de expressar-se em determinada época, mais elevado valor a opinião é vista e requisitada. A opinião tem um caráter coletivo: como uma média geral das circulações discursivas em um determinado espaço e tempo, questão que será retomada a seguir. A opinião tem também uma esfera individual que tanto produz quanto é produzida pelo coletivo, mas se singulariza ao organizar de uma forma determinada e, ao mesmo tempo, repetível.

Dessa forma, trago de forma breve alguns saltos temporais sobre a percepção e função da opinião para que, a partir desses aspectos próprios e divergências com o que é dito como conhecimento sirvam como alicerce de distinção. Três saltos me interessam aqui: o da democracia, o da ciência moderna e o da produção de públicos. Para que não soe ambicioso, reitero que minha intenção é bastante modesta: elencar características que nos ajudem a olhar para a opinião e a enxergar de forma menos embaçada no cotidiano.

Christiani Menezes e Silva (2016) nos ajuda a pensar sobre a Antiguidade a partir de uma retomada do conceito de opinião – a *doxa* – nessa época. É no embate público de opiniões particulares que se produzia o conhecimento visto como racional a partir de métodos para uma ascensão até a verdade. O problema da opinião se aprofunda com Platão ao opô-la com o conhecimento, reconhecendo o conhecimento verdadeiro a partir da dialética entre o sensível e o inteligível e pondo a opinião como o conhecimento sensível das percepções. Ainda que haja o caráter profundamente hierárquico construído por Platão entre a opinião e conhecimento, é também preciso observar a opinião como elemento necessário para a ação de busca pelo conhecimento e em direção à verdade. Função ainda mais forte em Aristóteles que

também faz uma segmentação entre *doxa* e *endoxa*, sendo a segunda uma opinião de fama, mais tradicional, aceita pela maioria. É nas opiniões aceitas pela maioria que Aristóteles reconhece um fundo real de sabedoria já construída e estabelecida. Construía-se assim, por meio de técnicas, a diferenciação entre opinião (*doxa*) e opinião coletiva ou de especialistas de uma maneira geral e a verdade filosófica ou científica que se poderia chegar tensionando-as com as técnicas.

Colocarei como salto para a ciência moderna, a partir da pesquisa de Diogenes Silva e Glauber Klein (2013), o problema da opinião em Descartes. Há um deslocamento histórico crucial para a distinção entre opinião e verdade:

considerar falso tudo que não é evidente. Ora, a opinião não é evidente, pois, desde Platão, sabemos que o conhecimento envolve, além da opinião, sua veracidade e justificação; em outras palavras, um pensamento pode ser uma opinião, sem ser verdadeira, assim como pode ser uma opinião verdadeira, sem que sua veracidade seja justificada. Repetindo, a justificação, para Descartes, é a evidência da verdade da opinião, ou ainda, sua indubitabilidade. (p.4)

O método se desloca, dessa forma, de uma técnica argumentativa que modifica a si mesmo na direção à verdade a ser descoberta para o meio que vai expor a evidência inegável e universal do que é a verdade sobre algo. Distinção, então, que coloca a opinião como uma pluralidade de costumes e crenças sem nenhum valor de verdade, pois são falsas como premissa, até que seja submetida ao método científico. Se em um ponto temos como posição individual exposta em público para a construção da verdade, do outro, pelo contrário, é o que precisa ser negada para poder enxergar as evidências que o método pode expor do mundo em oposição aos costumes.

É preciso ter em mente que em ambos os casos a produção de opiniões era bastante localizada. A relação entre como se é afetado por determinada percepção e a educação coletiva que conduz a certas escolhas era bastante estreita em um curto espaço geográfico, sua família, seus concidadãos, etc. Com a urbanização – marca densa do período exposto como parte da ciência moderna – isso se amplia, mas é somente com a força da imprensa, a industrialização e o consumo que Gabriel Tarde (2005), sociólogo do século XIX, nos mostra não só a complexificação da opinião como também a introdução de outros elementos. Dominique Reynié (2005) comenta, na introdução do livro *A opinião e as massas* de Tarde, que

Os bens de consumo e as opiniões obedecem, pois, a uma lógica idêntica que não pode deixar de determiná-los no mesmo sentido. A partir daí, as diferenças entre uma opinião e um bem de consumo fazem-se tênues. Disso decorre necessariamente que o ato de optar por esta ou aquela opinião tende a ser da mesma natureza que o ato de consumir este ou aquele produto. [...] Passamos da opinião discutida à opinião consumida (p. XIX).

Outra especificidade que surge e é amplamente discutida por Tarde são os conceitos de multidão e público que ele observa serem emergentes no século XIX. Questões essas que parecem ter se intensificado nos séculos seguintes e que podem nos ajudar a compreender o modo de produção da opinião atual. Pelo consumo e compartilhamento de informações que vão muito além do espaço familiar e local de moradia se pode tomar para si enquanto se produz em si uma opinião tal qual se faz parte de uma clientela de um restaurante, de uma loja de roupas, etc.

A opinião que se fazia ser quem se é, a opinião que produziria o que na Modernidade veio a se pensar como identidade tornou-se um produto adquirível e compartilhável, fazendo disso uma característica de um público e, ao mesmo tempo, tendo a possibilidade de uma mesma pessoa fazer parte de vários públicos. "A opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo, e o estudo de um nos conduz naturalmente ao outro." (Tarde, 2005, p.59) Por fim, a definição de opinião do autor funciona de forma bastante contundente: "é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade" (p.63). Não basta ser algo individual e autônomo, como muitas vezes é dito, há um fundamento cultural profundo e, ao mesmo tempo, não há como reduzir a uma reprodução coletivista e banal sem ter a direção de como se encarna em cada um.

Ataque

O que abordarei nesta seção como ataque se aproxima do conceito de argumentação *ad hominem* ou ao *ad personam*, mais recorrente em discussões de retórica, porém sem o peso de uma análise do discurso inerente ao uso conceitual técnico deste termo. Refiro-me como ataque a todo uso argumentativo que se direciona diretamente a quem disse o que disse e não ao que foi dito, tanto de modo individual, coletivo ou mesmo determinada instituição. Essa me parece uma questão cada vez mais aguda atualmente e que podemos olhar como uma característica da barbárie ao tomar a barbárie como a impossibilidade comunicacional. Ainda que valha deixar claro que não estou pondo nenhum juízo de valor nisso, tendo modos históricos importantes em forma de ataque na luta por algo, problema que espero deixar explícito no decorrer do texto.

Nos excertos expostos no fim da introdução podemos perceber elementos bastante diretos nesse sentido: aglutina-se a crítica ao falar mal de alguém. Se na opinião podemos

observar um juízo acerca de algo, no ataque há um juízo expresso acerca de alguém, da fonte enunciativa. Como é possível ter um diálogo argumentativo quando, em certo momento, a questão se reduz à "esquerdista" ou "direitista"? "Burros" e "psicopatas"? Os problemas a serem discutidos sobre esses termos colocados com algum peso pejorativo são muitos, mas minha proposta não é trazer alguma resposta a isso, e sim, sobretudo, dizer que isto não é uma crítica.

Mesmo que eu não pretenda me ater às minúcias do conceito técnico argumentativo, alguns elementos precisam ser abordados para olharmos a isso com atenção. Aldina Marques, Isabel Duarte e Isabel Seara (2019), ao analisarem as formas de tratamento, principalmente agressivo, em embates políticos entre governantes e governados, delimitam o *ad hominem* como um ataque à coerência do alvo ao ser quem é. Como em casos que o propósito que essa pessoa tem em determinada ação é ter algum benefício implícito como lucro ou domínio de certa situação. Argumento que, segundo as autoras, tem especial fundamento em figuras públicas em determinadas estratégias políticas. O *ad personam* funciona como um ataque à dignidade do alvo, à sua imagem, um insulto mais próprio da agressividade condicionando a relação interpessoal diretamente à redução do alvo.

Situação bastante comum, por exemplo, em discursividades em torno de questões de gênero. Pesquisas como a de Andréa Cunha e Márcia Mariano (2020) apresentam esse modo constante de ataque ao analisar o perfil do *Instagram* da atriz e cantora Nanda Costa, relacionando os ataques diretos contra a mulher que não está dentro de uma performatividade hétero-cis-normativa a serviço do olhar masculino. É possível perceber uma crescente nessa maneira de produção argumentativa em que se age como um ataque das mais diversas formas. A multiplicação dos debates que questionam isso – principalmente em torno de ataques contra as minorias e *bullying* dos mais variados tipos – vem surgindo como uma forte resistência às ações reativas e conservadoras, mas é preciso salientar que não há espaço que não recaia em argumentos de ataques. Do mesmo modo que é preciso salientar que não há simetria entre ataques de posições diferentes de privilégio e estrutura social.

Dizer que há ataques contra a pessoa ao invés dos argumentos de todos os lados não é dizer que há igualdade ou simetria na forma e no efeito do ataque, mas sim dizer exatamente o que é dito: que essa prática é um ataque. Daí a importância de diferenciar, caracterizar e delimitar para que, desse modo, se tenha menos turva a visão das relações de poder-saber que envolvem essas múltiplas práticas argumentativas. Ainda que eu me posicione de forma a pôr o ataque como algo mais perigoso, ao menos de forma imediata, do que a opinião, não se trata de dizer que há uma hierarquia ou que determinada forma deva ser explicitamente impelida a

deixar de existir, o que seria impossível e sem fundamento. E é preciso enfatizar uma interrogação que vem me acompanhando: por que ataques são vistos como críticas?

Há ainda outra questão: a categorização que faço não passa de uma finalidade didática e argumentativa. Uma opinião pode tanto conter como produzir o efeito de um ataque, um ataque pode partir de uma opinião, bem como uma crítica pode produzir um ataque, mas uma opinião e um ataque não são, por si, uma crítica. Tanto o ataque quanto a opinião não necessitam de fundamento, a característica central que o diferencia é o alvo.

Pensemos que em um museu, em frente a uma obra, alguém fala para o amigo que a vê como desagradável, desprezível e mal entende o que uma obra como aquela faz ali, inclusive prefere a que viu no outro corredor cinco minutos antes. Bem, eu ou você que está lendo, frente à mesma obra, poderíamos discordar absolutamente e nenhum fundamento seria preciso para que percebêssemos algo que nos afetasse de alguma forma. Opiniões simplesmente. Um juízo. Um gosto. Produzidas histórica e culturalmente, podemos pensar, mas opiniões. A conversa com o amigo segue em frente à obra e a pessoa se aproxima da etiqueta com informações sobre o material, data e o nome da artista. O corpo se atordoou e logo exclamou para o amigo que agora tudo fazia sentido, o artista se aliava a um partido político que ele detestava e os comportamentos – podemos inserir aqui qualquer comportamento que vier em mente e passível de de reações como essa – dele só poderiam produzir algo tão ruim quanto aquela obra. Isto não é uma crítica, mas um ataque. Após isso, com a reação atordoada do amigo sem saber o que dizer, a outra pessoa finalizou antes de ir embora do museu dizendo que aquilo não é arte e nem deveria estar ali.

Pois bem, mais uma diferenciação, se posso aqui reafirmar que isto também não é uma crítica, também digo que é este um caso que, ainda que a opinião seja possível, ela não é simétrica ao que é necessário para se afirmar que algo é ou não legítimo como arte. Para isso a diferenciação entre as maneiras de argumentação nos serve no cotidiano. Para discutir a legitimidade de algo é preciso uma ação crítica e algum fundamento. Surge então outro ponto: então quem pode ou não fazer uma crítica? O que vale mais, uma opinião, um ataque ou uma crítica? A isso, me vejo na responsabilidade de responder: todos podem fazer crítica, ataque ou opinião, bem como o valor e a força desses argumentos poderão ser iguais, maiores ou menores de acordo com relações bastante complexas diante de elementos como assunto abordado, autoridade e efeitos que a discussão em pauta pode ter. Refletir sobre essas relações fogem ao escopo do que me debruço aqui. Delimito apenas que é ao problemático esvaziamento moralizante da crítica a um falar mal que tenho como foco. Problema esse que, como venho pensando, tem se movimentado em favor do que podemos apontar como uma

necessidade constante de resiliência e adaptação ao mundo, o que entraria em descompasso com o questionamento acompanhado da prática crítica.

Crítica de contestação

É importante ser repetitivo em alguns pontos. Não estou tratando do que é mesmo e definitivamente isso e aquilo, muito menos falarei nas próximas duas seções o que é fazer uma crítica ligada à Teoria Crítica ou ligada às teorizações pós-estruturalistas. Meu objetivo é modesto e bastante pragmático: erguer características das formas argumentativas que aqui, estrategicamente, elenquei e possam nos servir para pensar alguns limites do que é dito como crítica ao ponto de afirmarmos que certa situação não é uma crítica, mas outra coisa, como um ataque ou uma opinião. Pragmático pois a intenção é estritamente que essa reflexão seja útil: abrir modos de atentar-se aos limites e diferenciações entre uma forma de argumentar e outra. E, portanto, percorrerei um caminho que é invariavelmente simplista, pois não tentarei aprofundar alguma teoria, mas mostrá-las de modo que se possa, com isso, enxergar algumas linhas de proveniência em traços discursivos que atravessam essa prática.

Dito isso, ao lidar com o conceito central deste texto e tratar de dividi-lo em dois vou me valer da potência da adjetivação. Se por um lado na construção de um argumento de opinião ou de ataque não é necessário nenhum fundamento para se dizer o que é dito, por outro, não é possível contestar algo sem que se tenha algum fundamento. Considero ser necessário diagnosticar essa noção que já repeti algumas vezes: fundamento. Com fundamento, neste estudo, não me direciono a nenhum conhecimento estruturado institucionalmente, nenhuma forma de dizer quem poderia ou não falar sobre algo e sim que, ao criticar, é preciso ter em mente um fundamento seja ele qual for. Formação acadêmica, técnica, informal, experiência de vida no assunto em específico, experiência profissional, etc. Isso pode parecer excessivamente genérico em um primeiro momento, mas penso que o exercício de pensamento exponha melhor esse problema.

Para que contestar algo? Dois movimentos me parecem abrangentes o suficiente para o que proponho nessa resposta: pôr à prova e ir além. Mas o que se põe à prova? A validade e a legitimidade do que se está contestando, principalmente. E de que modo ir além? Transformando. A partir do choque dual entre a contestação e o que é contestado há um resultado que possibilita necessariamente um ir adiante de forma transformada, diferente do que era e – ao menos intencionalmente – melhor. Para que serve o citado fundamento então? Não para promover uma autoridade – o que seria assunto para outro estudo – mas para

estipular, com isso, parâmetros comparativos do que se virá a contestar. Uma crítica de contestação, assim, atua em um questionamento da legitimidade daquilo que se questiona. A contestação então se constrói a partir de um embate entre parâmetros previamente postos em relação ao que se está olhando.

Com esse embate dual em direção a algo com o objetivo de uma melhora, podemos puxar algumas cordas e reconhecer algumas marcas da Teoria Crítica que prioriza, a partir de uma dialética, a conscientização. No estudo de Phil Carspecken (2011) intitulado *Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos*, podemos delimitar isso um pouco melhor:

A pesquisa crítica deve se diferenciar da pesquisa social científica mais prevalente ao formular rigorosamente sua teoria de conhecimento e criticar rigorosamente as metodologias empíricas, positivistas e interpretativas/fenomenológicas. Essa é uma meta central para a pesquisa qualitativa crítica. Além disso, a pesquisa qualitativa crítica procura compreender a si mesma como uma prática que trabalha com pessoas para conscientizar criticamente, em vez de meramente descrever a realidade social. [...] Esse processo de conscientização, levando o conhecimento implícito para formas explícitas e passíveis de julgamento, exige mudanças em apegos a identidades, porque formas de atuar e interagir em formações sociais estão ligadas a necessidades existenciais por terem identidades validadas. Conscientizar significa expandir e modificar autoentendimentos com formas que, inicialmente, podem ser sentidas como existencialmente ameaçadoras às pessoas que devem abandonar padrões profundamente enraizados de manutenção de segurança da identidade. Porém, ao mesmo tempo, a alteração no conhecimento de manutenção da identidade traz consigo liberdade e liberação, porque distorções no conhecimento implícito, socialmente construído, que está embutido em e mantém práticas sociais, usualmente estão ancoradas a formas fixas de identidade humana: formas fixas de ser válido como homem, mulher, pessoa de cor, pessoa de uma determinada classe social. (p.397-398)

Poderíamos traçar historicamente ligações com continuidades discursivas nas técnicas dialéticas dos gregos antigos como Platão e Aristóteles, trazidos na seção de opinião, até uma retomada dessa noção feita por Hegel, questão atrelada às teorizações marxistas e uma cientificação das teorias sociais, ainda que isso sairia do escopo deste estudo é importante que tenhamos essas linhas visíveis para pensarmos a circulação dessas discursividades. Como Carspecken (2011) expõe, é com esse posicionamento que se age criticamente frente à realidade do mundo, que se conecta o conhecimento que se propõe a libertar, emancipar, por uma conscientização do mundo ao contestar o mundo, ao pôr à prova isso que é até então visto como válido e legítimo de ser e fazer no mundo. É também produtivo olhar para o que Carspecken (2011, p. 406) coloca como um resumo das afirmações de validade: "afirmações e pressupostos subjetivos pertencem às experiências que somente uma pessoa pode acessar diretamente"; "afirmações objetivas pertencem a aspectos do mundo físico a que todos os humanos têm acesso"; "normas sobre o que é certo, errado, adequado, inadequado (...)"; e valores, que "podem ser explicitados com palavras como 'bom', 'ruim', 'importante', 'bonito', 'desejável', 'significativo' e assim por diante".

Essa abordagem, sobretudo essa divisão do que é possível conhecer pode ser vista como algo que nos atravessa, que atravessa os discursos contemporâneos de forma ampla. Considero relevante dizer isso – que talvez soe óbvio – por afirmar que são noções que produzem maneiras de ver o mundo não necessariamente por uma formação a partir das Teorias Críticas, questão própria de um pesquisador dessa área, e sim como noções que também circulam amplamente e nos atravessam constantemente. Sigo com Carspecken (2011, p.405, grifo do autor) mais uma vez com a afirmação sobre o modo de que pensar esses conceitos tem especial relevância no que estou tentando apontar: "todas as afirmações de validade são *passíveis de julgamento*. Esse é um ponto enormemente importante, algo fundamental para a teoria crítica". Sigo também com o estudo de Sueli Batista (2000), *Teoria Crítica e teorias educacionais: uma análise do discurso sobre educação*, no qual podemos relacionar com o que venho abordando ao afirmar que

A crítica dialética não se satisfaz somente com a verificação da possibilidade de mostrar a veracidade ou falsidade de hipóteses propostas, antes procura o que Adorno denomina de 'transição transparente ao objeto', ou seja, a busca da expressão dos antagonismos imperceptíveis ao sistema lógico-cientificista do pensamento (p. 192).

Não está em questão o que fala a autora sobre Educação, mas as características que ela mesma expõe sobre o cerne da prática crítica que ela se propõe: além de questionar a veracidade ou falsidade, explicitar o que era imperceptível e que, posso articular, resultará, dialeticamente, em algo além do que se tinha.

Tendo a crítica de contestação a necessidade de fundamentos que permitam construir parâmetros para pensar a validade e legitimidade de algo, há ainda um outro ponto para se colocar sobre esse problema: interrogação. Ao submeter algo a essa crítica é preciso não submeter de qualquer jeito a qualquer pergunta, mas a perguntas que sejam pensadas de modo a conduzir à uma contestação. Neste ponto, retomo a pesquisa de Batista (2000) quando ela põe em questão "a serviço do que está a pedagogia?". É especificamente a interrogação que nos interessa, não o que está sendo questionado. E é necessário ampliar. Tomaz Tadeu da Silva (2010), pesquisador de vertente pós-estruturalista que em obras como o livro *Documentos de identidade* – ao fazer uma importante síntese sobre as teorias do currículo – nos ajuda a pensar sobre esse modo de questionamento que compreendo como crucial para a argumentação crítica de contestação:

Por que esses conhecimentos e não outros? Por que esse conhecimento é considerado importante e não outros? E para evitar que esse 'por que' seja respondido simplesmente por critério de verdade e falsidade, é extremamente importante perguntar: 'trata-se do conhecimento de quem?'. Quais interesses guiaram a seleção desse conhecimento particular? Quais são as relações de poder envolvidas no processo de seleção que resultou nesse currículo particular? (p. 47)

Qual conhecimento – de quem – é privilegiado no currículo? Quais grupos se beneficiam e quais grupos são prejudicados pela forma como o currículo está organizado? Como se formam resistências e oposições ao currículo oficial? (p. 49)

Quais outros focos poderiam ser submetidos a essas perguntas além do currículo? Sem dúvida é inviável listar. Se focalizo na área da Educação é não somente por ser minha área de atuação como por compreender que pensar sobre essas questões é um processo educativo, pois um processo de subjetivação. Retomando frases como "a gente devia parar de culpar a pessoa que fica mal com a crítica e ensinar o crítico que ele é só mal educado mesmo" e "quem critica só tenta diminuir os outros", é possível pensar: a serviço de que e de quem a crítica é reduzida a falar mal e diminuir os outros? Por que é entendido dessa forma? Quais interesses guiaram essa compreensão do que é criticar? Qual conhecimento é privilegiado em detrimento da crítica?

Crítica de análise

Não só o modo de usar os elementos que tentei mostrar na seção anterior se modificam ao pensar a partir do pós-estruturalismo, mas também o entendimento dos próprios elementos. A noção de fundamento tem um deslocamento importante para entender o que estou considerando como crítica de análise – uma crítica analítica que busca o processo de produção e condução daquilo que se questiona – e, a partir disso, todos elementos seguintes.

Veiga-Neto (2012), em seu texto *É preciso ir aos porões*, utiliza a metáfora da casa para problematizar tanto os indivíduos quanto as coletividades em uma articulação arquitetural da psiquê. O autor aborda o sótão como o espaço que nos leva a construir outros mundos, o piso intermediário fica onde caminhamos em nossas práticas cotidianas e o porão é a dependência da casa onde é alojado os fundamentos do pensamento e é necessário que ocupemos do modo mais completo possível esses espaços para compreender as relações entre os níveis, entre os pisos.

Nesse ponto, um alerta: fundamentação deve ser aqui entendida com bastante cautela. No horizonte em que me movimento, os fundamentos se estabelecem sempre nas contingências dos acontecimentos históricos. Ao contrário de supor a existência de uma fundamentação última, o máximo que se pode fazer é, a partir de negociações numa comunidade de linguagem, estabelecer os fundamentos a serem obedecidos 'dali para diante'. (p. 272-273)

Desse modo não se poderia pensar que há em algum lugar abaixo de todas as casas um porão igual, com uma estrutura equiparável a uma consciência racional dos indivíduos ou uma humanidade igual a todos que precisaria ser emancipada por uma conscientização. Por uma

linha pós-estruturalista as bases do sujeito estão em questão, precisando ser interrogada não por parâmetros prévios que sirvam para submeter os objetos focalizados e sim um constante questionamento sobre de que modo as bases foram construídas. "Uma perspectiva pós-estruturalista buscaria perguntar: onde, quando, por quem foram eles inventados?" (Silva, 2010, p.124) A direção, assim, torna-se não a contestação, mas uma constante problematização. Não relações duais, a própria dualidade é questionada e o significado da divisão da consciência que pensa e da realidade vista com concreta e material, reconhecida como pré-existente e necessária para o movimento da história, é colocada em dúvida. "O significado não é, da perspectiva pós-estruturalista, pré-existente; ele é cultural e socialmente produzido" (Silva, 2010, p.123). A crítica é não uma problematização que põe à prova o que não poderia ser visto até então, algo oculto ou ocultado, e sim um estranhamento daquilo que, por ser tão visível, nos era naturalizado e visto como verdadeiro. Nas palavras de Foucault, citado por Veiga-Neto (2012),

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê; fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação.

Se talvez ainda soe semelhante à crítica de contestação quando dito dessa forma é aí que está a importância da diferenciação. Michel Foucault (1990) discute esse problema especialmente em uma conferência de 1978 intitulada *O que é a crítica?* e deixa evidente uma distinção entre o pensamento crítico de uma sistemática da legitimidade e esse outro modo de crítica sobretudo a partir das noções de poder e saber.

Utilização, portanto, da palavra *saber* que se refere a todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento que são aceitáveis num momento dado e em um domínio preciso, e secundamente, do termo *poder* que não faz outra coisa senão recobrir toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, que parecem susceptíveis de induzir comportamento ou discursos. Vê-se já que esses dois termos não têm outro papel que o metodológico: não é o caso de localizar através deles princípios gerais de realidade, mas de fixar de alguma forma a frente de análise, o tipo de elemento que deve ser para ela pertinente. Trata-se, assim, de evitar jogar desde o início com a perspectiva da legitimação como fazem os termos conhecimento ou dominação. Trata-se igualmente, em todo momento da análise, de poder lhes dar um conteúdo determinado e preciso, tal elemento de saber, tal mecanismo de poder; nunca se deve considerar que exista *um* saber ou *um* poder, pior ainda *o* saber ou *o* poder que fossem neles mesmos operantes. Saber, poder, são apenas uma grade de análise. (p. 14, grifos do autor)

A compreensão da multiplicidade analítica dos próprios parâmetros que se vai olhar para algo já impõe um outro modo de construir uma prática crítica. De nada adiantaria, dessa maneira, aplicar uma gama de noções que se possa comparar o que é ou não legítimo, pois a própria legitimidade teria de ser não somente posta à prova como testada, pois não há um *a*

priori da realidade posta que se tenha onde se segurar de modo seguro. A materialidade também é vista como construída historicamente. Isto é, o pós-estruturalismo não toma a história como um motor progressivo que deve ser submetido à consciência, mas uma contingência a ser analisada em suas diferenças. De acordo com a noção de genealogia de Foucault (1990, p. 17), podemos pensar como "algo que tenta restituir as condições de aparição de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes, e que aparece não como o produto, mas como o efeito." Ao invés de, a partir de parâmetros pré determinados, submeter o que se está focando a uma contestação sobre sua validade, "a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade" (p. 5).

Dessa forma, perguntas como "por quê?" não deixam de surgir, mas se tornam parte de problematizações que colocam outras questões mais fortes, tais como "de que modo isso veio a ser como é?" ou "em que condições isso foi/é possível?". Como aponta Paul Veyne (2009) sobre a obra de Foucault, a crítica é entendida como a análise das condições históricas que constituíram as relações de verdade e que se direciona não a uma comparação com o que é identificável dentro das porções de fundamentos a expor como régua de medição e sim, com o fundamento que se tem nos porões testar o que se indaga para fazer emergir a diferença. O problema assim se desloca de uma contestação que submete o objeto ao que se sabe que deveria ter para um diagnóstico do presente que faça aparecer a diferença histórica do que se tinha para o que se tem e entendendo não as causas, mas os efeitos históricos e múltiplos do que fizeram ser o que somos.

Como assim "o que somos"? É preciso ressaltar que há uma diferença enfática na seção anterior sobre esse algo que somos. De uma consciência que precisa vir à tona – pela conscientização –, o pós-estruturalismo irrompe com a noção de um sujeito prévio à experiência que precisa ser apenas libertado do poder. Se na crítica de contestação o poder é isso que impede de se ser quem se é e precisa ser contestado, na crítica de análise pós-estruturalista esse "quem se é" pode ser entendido como efeito da produção do poder em articulações com saber.

Judith Butler (2013), ao comentar a conferência de Foucault sobre a crítica, no texto *O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault*, diz que o

[...] o 'eu' é compelido a se formar sob moldes que já foram construídos e que estão mais ou menos em operação. Ou, poderíamos dizer, o 'eu' é compelido a se formar dentro de práticas que estão relativamente estabelecidas. Porém, se essa formação de si é feita em desobediência aos princípios pelos quais o 'eu' se forma, então a virtude será a prática pela qual o sujeito se forma pelo desassujeitamento. Dito de outro modo, o 'eu' que assim procede arrisca-se a deformar-se enquanto sujeito, passando

a ocupar aquela posição ontologicamente insegura que coloca a questão de um modo originário: quem será um sujeito aqui, e o que se qualificará de vida? (p.178)

É importante que esteja claro que não há, desse modo, categorias prontas que se possa objetivamente aplicar e que, tendo submetido algo a elas, surgirá uma melhora. Nesta direção o foco é buscar algum modo de compreender como isso veio a ser o que é e não outra coisa. Sem que seja determinado a partir de alguma narrativa que me ajude a entender o que é visto. Tudo precisa ser testado, pois não há causa histórica, mas um efeito que historicamente, entre muitas possibilidades, teve condições de aparecer. Desse modo os parâmetros a serem pensados como parte da crítica produzem outras interrogações. Não tanto os porquês, mas a historicização das condições de possibilidade. O problema se volta a interrogações como: de que modo isso veio a ser como é? Com que condições isso pôde se tornar verdade e não outra coisa? De que modo isso foi possível de ser colocado onde está de maneira que chegasse a ser naturalizado?

A crítica que estou tentando traçar, com marcas do modo pós-estruturalismo, está atrelada a algumas ressignificações. A linguagem não é o que emite a sensação do sujeito consciente, mas produz tanto o sujeito quanto a consciência que, atravessado por ela, serve como ponto de circulação de discursividades. A linguagem produz e é produzida por regras próprias, não diretamente por uma expressão do que é pensado. Nessa crítica, portanto, o poder não é o que uns têm e outros não, uma visão econômica do poder em que se teria como uma posse, um poder transferível ou alienável de forma legítima ou não, o que pode ser pensada como uma forma jurídica de pensar o poder (Foucault, 1999). Nas teorizações pós-estruturalistas o poder é marcado como relacional, o poder é menos um bem que se pode ter posse e mais como um verbo, algo que se exerce.

Quem fez e o que fez não apenas agiu na história e por isso precisa ser submetido a uma contestação de acordo com o que foi feito, mas, também, tem sua historicidade interligada como uma rede que acompanha e faz tal ação ser possível. "Ao nos darmos conta da historicidade dos fundamentos sobre os quais se ergue a casa, nos daremos conta também de que as coisas são o que são graças às contingências históricas e não por causa de alguma necessidade, fatalidade ou obrigação de serem o que são" (Veiga-Neto, 2012, p.280). Ao invés de uma resistência que, com uma ação crítica, passe de uma transformação para a liberdade absoluta, trata-se de uma problematização crítica que analise as condições de possibilidade e produza outros modos de conduzir a vida e de ser conduzido individual e coletivamente.

Retomo algumas outras frases da introdução como paralelos estratégicos: "esteja tão focado construindo o seu próprio negócio que não terá tempo para ouvir críticas das pessoas negativas"; "quem critica demais os outros está mal consigo mesmo"; "Só aceite crítica construtiva de quem construiu alguma coisa". Bem, de que modo a noção de construir o próprio negócio se tornou tão relevante como elemento da vida dos sujeitos ao ponto de não ter tempo para ouvir outras pessoas? O que levou a ser possível que a ação crítica de alguém a faça parecer uma pessoa "negativa"? Que condições possibilitaram articular uma medida do que é criticar demais ou de menos com a relação de quem fala consigo mesmo? Quais relações de saber e poder produzidos tornaram possível medir o que é "construir alguma coisa" ao ponto de ser uma validação de autoridade para criticar algo?

Considerações finais

A obra do artista René Magritte com o tempo se popularizou, ainda bem. Junto com a obra se popularizou, infelizmente, a "explicação". Assim, popularmente, o assunto acabou, restaram apenas repetições. O quadro *A traição das imagens* – o mais popularizado do artista –, constrói um enigma visual e verbal: na imagem um objeto e uma frase, um cachimbo cuidadosamente desenhado e a frase "Isto não é um cachimbo". A composição está imagetivamente nessa relação. A frase não é um título, mas seria difícil imaginar que todos que já viram o quadro e conhecem a frase saberiam que o título é *A traição das imagens*. Talvez isso seja mais uma traição da imagem. Algo me intriga ainda mais do que a relação título-quadro: a "explicação". Desde que ouvi falar em Magritte acontece quase como um jogral. Alguém diz "isto não é um cachimbo" e outro, ou a própria pessoa, responde: "é a representação de um cachimbo"... e a conversa acaba aí.

Há ainda um segundo quadro: *Os dois mistérios*. Nele há uma pintura do quadro anterior exposto em um cavalete apoiado em um chão de madeira e acima dele, flutuando, um cachimbo de um tamanho que somente um gigante conseguiria usar. Nestes dois mistérios, as interrogações possíveis não me parecem ser tão fáceis de serem respondidas, fica mais complicado acabar a conversa dizendo "é a representação de dois cachimbos".

No decorrer deste texto talvez seja possível pensar que estou caindo em um relativismo. É um dos riscos que corro. Ler este texto de modo que todas as formas de argumentar são possíveis, eu apenas escolhi quatro e expus uma porção de características que as coloca numa posição de igualdade. Não é nada disso. Não há simetria relacional nas características que tentei expor neste estudo. Desde o início tento traçar um plano que

delimite diferenciações ao invés de propor definições. Isso se distingue ao ponto que não estou dizendo o que é tal coisa, mas como os usos produzem diferença que precisam de atenção. Atenção essa que proponho como uma prática crítica sobre as práticas críticas, inclusive a minha, o que Veiga-Neto costuma chamar de hipercrítica. O que não pode ser confundido com uma metacrítica, por exemplo, que partiria de alguma exterioridade do saber que serviria para se segurar de modo firme.

A vigilância epistemológica e a hipercrítica não devem ser confundidas com a censura ou com o policiamento do pensamento e da palavra. Elas não decorrem de algum imperativo ético ou ligado ao agir moral; elas simplesmente sabem que não há um chão firme, um fundamento anterior, único e estável do qual se possa vigiar, criticar, autorizar ou negar o que é pensado e dito. (Veiga-Neto, 2012, p. 274)

E é preciso traçar e reforçar, junto a essa questão, que o problema da divisão estratégica da crítica que propus não é simétrica. É preciso estar à espreita para compreender que ainda que a opinião seja sempre possível e o ataque possa ser, em determinados momentos, válidos, não são suficientes para certas questões. Um fóssil pertence ao período estipulado, não há ataque ao pesquisador ou opinião sobre a precisão da medição de tempo que seja suficiente, pois a situação, de acordo com as regras históricas de construção de regimes de verdade em torno da materialidade tornam isso insuficiente. Um remédio para vermes vai continuar não funcionando para uma doença viral independente da opinião ou ataque. Dizer que há muitos modos de argumentar e propor juízos de algo não é o mesmo que dizer que isso é simétrico em todas as circunstâncias, menos ainda dizer que qualquer coisa vale. Entretanto delimitar com mais precisão quando é inviável a suficiência de uma maneira ou outra e suas funções específicas, bem como responder as perguntas levantadas sobre os excertos do final da introdução, precisariam de outros estudos.

Grégoire Chamayou (2020), no livro *A sociedade ingovernável*, ao discutir as estratégias políticas dos empresários nos anos 1970 para lidar com os crescentes ataques ao capitalismo nos diz algo emblemático para pensar o que busquei tratar até aqui e, principalmente, lidar com a intensa variação de possibilidades: "Tratar um ataque como crítica já é um passo para desarmá-lo" (p. 142). Não há como passar despercebido que uma crítica não é uma maneira simplesmente privilegiada de lidar com algo, muito menos inerentemente superior. Há uma trama estratégica envolvida nessas práticas. Os empresários, ao tratar os ataques dos trabalhadores – notavelmente em busca de melhores condições de trabalho – como crítica puderam abrir e expor os parâmetros que os trabalhadores usavam para questioná-los. Assim o que para o ataque precisaria de uma reação, para a crítica se pôde

construir uma trama bem mais complexa e tratar os parâmetros e as questões como extremistas, violentas, contra a liberdade e prejudiciais ao progresso.

A crítica, isso que não é uma divagação somente, mas uma prática, intensamente variável, histórica e profundamente ativa, pode ser delimitada e diferenciada com alguns elementos como fundamento, parâmetros e interrogações específicas. Fundamentos constituídos pela consciência ou efeitos da relação entre poder e saber. Parâmetros prévios e aplicáveis ou contingentes e históricos. Interrogações que submetam o objeto ou façam emergir a diferença. Pode ser muitas coisas, mas sem dúvida não é qualquer coisa. Pode ser que falar mal de algo faça parte de alguma crítica, mas simplesmente falar mal de algo não é uma crítica. A obra de Magritte pode ser a representação de um cachimbo, mas certamente não é só isso. A conversa não precisaria acabar aí, há sempre mais a se pensar. É preciso saber diferenciar e refletir sobre quando é possível dizer "isto não é uma crítica". Espero que a conversa não acabe aqui.

Referências

- BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de G. H. Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 22, p. 159-179, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- CARSPECKEN, Phil Francis. Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.36, n.2, p. 395-424. 2011.
- CHAMAYOU, Gregoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- CUNHA, Andréa Mendonça; MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. A feminilidade a serviço do olhar masculino: performatividade de gênero, valores e falácias no Instagram de Nanda Costa. **RE-UNIR**, v. 7, no 1, p. 165-179, 2020
- FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, v. 82, n. 2, p. 35-63, abr./jun. 1990. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**.. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.
- MARQUES, Aldina; DUARTE, Isabel Margarida; SEARA, Isabel de Roboredo. Argumentação *ad hominem*, formas de tratamento e protesto político. **REDIS: revista de estudos do discurso**, no 8. 2019.
- MENEZES E SILVA, Christiani Margareth. O conceito de *doxa* (opinião) em Aristóteles..**Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 43-67, dez. 2016
- SILVA, Diogenes Galdino Moraes; KLEIN, Glauber César. O conceito de opinião em René Descartes: Breves contribuições para uma Teoria do Conhecimento. **Revista Sofia**, Vitória - ES, v.2, n.2, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 50, Rio de Janeiro, maio-ago. 2012
- VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governamento? **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005
- VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.